

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Processo Licitatório n.º: 012/2017

Pregão Registro de Preço n.º: 010/2017

Objeto: Aquisição de produtos alimentícios para o Município de Oliveira de Fátima – TO, durante o ano de 2017.

Modalidade: Pregão Presencial - Registro de Preço.

PARECER JURÍDICO - CONCLUSIVO

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de exame e parecer jurídico formulado pelo Ilustre Senhor Prefeito do Município de Oliveira de Fátima – TO e pela Sra. Pregoeira, concernente ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial - Registro de Preço, autuado sob o n.º 010/2017, cujo objeto é a *Aquisição de produtos alimentícios para o município durante o ano de 2017.*

Constam nos autos, até a presente data, a solicitação de abertura do certame, especificação dos produtos, as propostas comerciais com cotação de preços, a estimativa, declaração de adequação orçamentária, despacho indicando existência de recursos orçamentários, autorização para abertura do certame, cópia do despacho de designação da pregoeira e equipe de apoio, autuação do processo, minuta do edital e anexos, despacho para assessoria jurídica solicitando Parecer Jurídico, Parecer Jurídico Prévio, aviso de licitação, cópia da publicação no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edital e anexos, recibos de entrega de edital, propostas e documentos de habilitação e Ata de realização do Pregão Presencial.

Após, vieram os autos para emissão de parecer conclusivo.

É o relatório do essencial.

ANÁLISE JURÍDICA

Em relação a fase interna do presente processo licitatório, verifica-se que esta Procuradoria já se manifestou, por meio do Parecer Jurídico Prévio constante nos autos, pela regularidade da minuta do edital, bem como nos demais aspectos da fase interna do pregão em apreço.

Quanto a fase externa, sua regularidade pode ser aferida mediante a análise dos atos praticados e externados nos documentos juntados ao processo, verificando sua conformidade com o que preceitua o art. 4º da Lei Federal n.º 10.520/2013.

Neste sentido, verifica-se que houve o cumprimento das normas supracitadas, o que confere regularidade ao certame submetido à análise.

Em relação a exigência legal de ampla publicidade dos atos, a mesma fora observada através do aviso de licitação, publicado no “placar” da Prefeitura Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE
OLIVEIRA DE FÁTIMA
O TRABALHO FAZ ACONTECER
GESTÃO 2017/2020



de Oliveira de Fátima, e do extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado do Tocantins, verificando-se, assim, que o princípio da publicidade foi respeitado.

Também se observa que o prazo preconizado no inciso V, do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, foi obedecido, posto que o edital fora publicado em 19 de janeiro de 2017 e a sessão realizada no dia 31 de janeiro de 2017.

Dessa forma, duas empresas concorreram ao certame, tendo apresentado propostas que, após a fase de lances, se mostraram abaixo do valor inicialmente estimado, tendo sido declarada vencedora nos itens 02 e 04 a empresa LUMINATA DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, e nos itens 01 e 03 a empresa W.V.B VARGAS, conforme Ata de Sessão de Realização de Pregão constante nos autos.

No que tange à documentação apresentada pelas empresas vencedoras, verifica-se que a habilitação guarda conformidade com a lei.

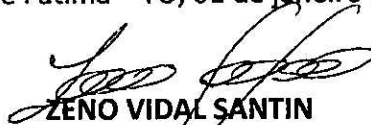
Observa-se, ainda, que não houve manifestação de intenção de interposição de recursos, tendo o processo transcorrido em seu rito normal.

CONCLUSÃO

Diante da análise jurídica explicitada, esta Procuradoria opina pela regularidade do Processo Administrativo Licitatório n.º 003/2017, para a contratação das empresas vencedoras do certame, observada sempre a necessidade de confirmação da comprovação da regularidade das empresas vencedoras antes da assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho, nos termos da Lei 8.666/1993.

Salvo melhor juízo,
Eis o parecer.

Oliveira de Fátima – TO, 01 de janeiro de 2017.


ZENO VIDAL SANTIN
PROCURADOR MUNICIPAL